

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS
DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – PPR
i3S, IBMC, INEB e IPATIMUP

O presente documento pretende identificar, analisar e classificar os riscos de corrupção e infrações conexas na atividade do i3S e apresentar as respetivas medidas preventivas e corretivas.

O Responsável pelo cumprimento normativo é o responsável geral pela execução, controlo e revisão do PPR.

O PPR responde a 3 grandes objetivos:

- a) Identificação das áreas de atividade com risco de prática de atos de corrupção e infrações conexas;
- b) Gradação dos riscos com base na probabilidade de ocorrência e impacto;
- c) Medidas preventivas e corretivas

1. Organização

O i3S é composto por órgãos de direção e gestão, serviços administrativos, unidades transversais, serviços científicos, serviços de diagnóstico e grupos de investigação científica.

- a) Órgão de Direção e Gestão
 - a. Direções dos diferentes Institutos
 - b. Gestores Administrativo-financeiros dos diferentes Institutos

b) Serviços Administrativos

- a. Compras e Contratação Pública
- b. Contabilidade e Tesouraria
- c. Projetos *Pos Award*
- d. Recursos Humanos
- e. Secretariado

c) Unidades transversais

- a. Apoio aos Laboratórios
- b. Biblioteca
- c. Comunicação
- d. Data Protection Office
- e. Desenvolvimento de Carreira
- f. Conduta Responsável na Investigação
- g. Eventos
- h. Formação
- i. Higiene, Segurança e Qualidade
- j. Manutenção
- k. Projetos *Pre Award*
- l. Tecnologias de Informação
- m. Transferência de Tecnologia

d) Serviços Científicos

e) Serviços de Diagnóstico

- a. I3S Diagnostics
 - b. CGPP
 - c. IPATIMUP Diagnostics
- f) Grupos de Investigação Científica

2. Metodologia

Identificaram-se as áreas consideradas mais suscetíveis de geração de riscos e procedeu-se a uma classificação de acordo com a Norma da Gestão de Riscos da FERMA¹, o documento Enterprise Risk Management – an Integrated Framework, do COSO² e o guião de mapeamento disponibilizado pelo Conselho de Prevenção da Corrupção.

Os riscos, após identificados e caracterizados por unidade orgânica devem ser classificados em função do grau de probabilidade de ocorrência e da gravidade da consequência, de acordo com a escala apresentada no quadro seguinte.

Probabilidade de Ocorrência (PO)	Gravidade da Consequência (GC)
Baixa (1)	Baixa (1)
Média (2)	Média (2)
Alta (3)	Alta (3)

Da correlação da classificação atribuída a cada risco, tendo por base os dois indicadores suprarreferidos, obtemos a Graduação do Risco (GR), que pode ser Fraco, Moderado ou Elevado.

Desta escala, concretizada no quadro seguinte, é possível aferir o que deve ser tratado de forma prioritária.

		Probabilidade de Ocorrência (PO)		
		Baixa (1)	Média (2)	Alta (3)
Gravidade da Consequência (GC)	Alta (3)	Moderado (2)	Elevado (3)	Elevado (3)
	Média (2)	Fraco (1)	Moderado (2)	Elevado (3)
	Baixa (1)	Fraco (1)	Fraco (1)	Moderado (2)

1 - Federation of European Risk Management Associations

2 - Committe of Sponsoring Organizations

3. Classificação dos riscos e impactos por serviço/grupo e respetivas medidas preventivas

área	Identificação do risco	PO	GC	risco
Contratação Pública	Corrupção ativa e passiva e infrações conexas	3	3	Elevado !
Serviços de Diagnóstico	Corrupção ativa e passiva e infrações conexas	3	3	Elevado !

Direção e Gestão	Posição estratégica e com poder executivo que ocupam na instituição	1	3	Moderado
IT	Pressão (interna e externa) para fornecerem informação à qual têm acesso facilitado via tecnologia de informação	2	2	Moderado
Contabilidade	Manipulação contabilística	1	3	Moderado
Serviços Científicos	Preços dos serviços externos à medida do cliente; Pressão para entrega de resultados	2	2	Moderado
TT	Propriedade intelectual e patentes	1	3	Moderado
Manutenção e H&S	Intervenções/obra no edifício, equipamentos ou espaço envolvente	2	2	Moderado

Grupos de investigação	Uso indevido ou não apropriado do financiamento dos projetos de investigação	2	2	Moderado
Secretariado	Informação privilegiada de dados pessoais; Informação privilegiada das tomadas de decisão dos órgãos de Direção e Gestão	1	2	Fraco
RH	Processos de seleção; assiduidade; informação privilegiada na gestão de RH	1	2	Fraco
Projetos	Encobrimento do uso indevido de financiamento; Informação privilegiada, ainda que indireta, de questões de RH e dados pessoais de colaboradores	1	1	Fraco
Ética, DPO, Desenvolvimento de Carreira e Biblioteca	Quebra de sigilo e confidencialidade	1	2	Fraco

Eventos, Comunicação e Formação Avançada	Fornecimento de serviços na gestão de eventos/formações; acesso a dados pessoais	1	1	Fraco
--	--	---	---	-------

Assim, considerando a análise efetuada, a área de atuação do Instituto na investigação na área das ciências da saúde e pela literatura e relatórios que versam o tema, poderemos afirmar que será consensual classificar as duas áreas prioritárias de risco mais elevado na instituição como sendo a contratação pública e os serviços de diagnóstico, áreas nas quais nos debruçaremos com mais pormenor.

Em termos gerias podemos resumir a identificação e classificação do risco, assim como as medidas preventivas a adotar pelos diferentes órgãos e serviços na seguinte tabela:

área	Identificação do risco	risco	Medidas preventivas e corretivas
Contratação Pública	Consultar Ponto 4. Página 10	Elevado !	Consultar Ponto 4. Página 10
Serviços de Diagnóstico	Consultar Ponto 5. Página 14	Elevado !	Consultar Ponto 5. Página 14
Direção e Gestão	Posição estratégica e com poder executivo que ocupam na instituição;	Moderado	Formação na consciencialização do forte impacto do cumprimento das normas éticas por parte dos dirigentes e gestores; criação de mecanismos que validem a idoneidade dos doadores/financiadores

	Decisão final de contratar e adjudicação (contratação pública, compras com consulta pública de mercado)		
IT	Pressão (interna e externa) para fornecerem informação à qual têm acesso facilitado via tecnologia de informação; negociação de preços com fornecedores pelo responsável do serviço	Moderado	Mecanismos tecnológicos de controlo de acesso à informação por parte de colaboradores; declaração de não conflito de interesses com os fornecedores Formação específica considerando o acesso privilegiado que têm à informação pelo exercício das funções
Contabilidade	Manipulação contabilística	Moderado	O ROC como garante máximo da deteção da fraude financeira e contabilística; cumprimento integral da Lei 83/2017, de 18 de agosto
Serviços Científicos	Preços dos serviços externos à medida do cliente; Pressão para entrega de resultados	Moderado	Regras claras na formação do preço, baseadas em critério técnicos; clareza na informação dos preços dos serviços externos a clientes/interessados; procedimentos internos de priorização das tarefas dentro do serviço; formação específica nos princípios que regem as compras públicas
TT	Propriedade intelectual e patentes	Moderado	Estrito cumprimento das regras nacionais e internacionais relacionadas com a área e dos procedimentos internos

Manutenção e H&S	Intervenções/obra no edifício, equipamentos ou espaço envolvente; negociação de preços com fornecedores pelo responsável de serviço	Moderado	Pautar as decisões por critérios técnicos e ponderação das necessidades; declaração de não conflito de interesses com os fornecedores; formação específica nos princípios que regem as compras públicas Implementar mecanismos de controlo externo das intervenções solicitadas e executadas
Grupos de investigação	Uso indevido ou não apropriado do financiamento dos projetos de investigação; negociação direta de preços com fornecedores	Moderado	Estrito cumprimento das regras e procedimentos das entidades financiadoras, formal e materialmente, nomeadamente no que concerne à informação constante dos relatórios; formação específica nos princípios que regem as compras públicas
Secretariado	Informação privilegiada de dados pessoais; Informação privilegiada das tomadas de decisão dos órgãos de Direção e Gestão	Fraco	Formação na consciencialização do sigilo profissional e normas de conduta éticas; consciencialização das normas RGPD
RH	Processos de seleção; assiduidade; informação privilegiada na gestão de RH	Fraco	Cumprimento integral dos princípios que pautam a OTM-R; implementação de um sistema de controlo de assiduidade transversal a todos os institutos; formação na consciencialização do sigilo profissional e normas de conduta éticas
Projetos	Encobrimento do uso indevido de financiamento;	Fraco	Colaboração exaustiva nas auditorias a que são submetidos; formação na consciencialização do sigilo profissional e normas de conduta éticas;

	Informação privilegiada, ainda que indireta, de questões de RH e dados pessoais de colaboradores		
Ética, DPO, Desenvolvimento de Carreira e Biblioteca	Quebra de sigilo e confidencialidade	Fraco	Estrito cumprimento dos regulamentos internos, normas nacionais e internacionais
Eventos, Comunicação e Formação Avançada	Fornecimento de serviços na gestão de eventos/formações; acesso a dados pessoais	Fraco	Cumprimentos das regras internas estabelecidas para escolha de fornecedores; consciencialização das normas RGPD

4. As especificidades da área da contratação pública

Complementarmente à metodologia especificada no ponto 2. foram feitas entrevistas aos profissionais destes serviços.

O i3S, assim como os 3 institutos fundadores – IBMC, INEB e IPATIMUP, regem as aquisições de bens e serviços pelo Código dos Contratos Públicos, doravante CCP. O cumprimento integral das regras e procedimentos plasmados neste código concorrem substancialmente, embora não exclusivamente, para o objetivo de prevenir atos de corrupção e infrações conexas. Pela aplicação do Dec-Lei 60/2018 de 3 de agosto, as aquisições de bens e serviços no âmbito das atividades de I&D até aos limiares comunitários (215.000 euros) estão isentas da aplicação da parte II do CCP. Mantém-se a obrigatoriedade de agir segundo os princípios que regem a política de contratação pública, nomeadamente os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da imparcialidade, da proporcionalidade, da boa-fé, da tutela da confiança, da sustentabilidade e da responsabilidade, bem como os princípios da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não-discriminação.

O i3S, assim como os 3 institutos fundadores – IBMC, INEB e IPATIMUP consoante o caso, como entidade adjudicante, deve assegurar, quer na formação, quer na execução dos contratos públicos, que os operadores económicos respeitam as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional. Devem ainda adotar as medidas adequadas para impedir, identificar e resolver eficazmente os conflitos de interesses que surjam na condução dos procedimentos de formação de contratos públicos, de modo a evitar qualquer distorção da concorrência e garantir a igualdade de tratamento dos diferentes operadores económicos.

Neste contexto, considera o CCP que conflito de interesses é qualquer situação em que o dirigente ou o trabalhador de uma entidade adjudicante ou de um prestador de serviços que age em nome da entidade adjudicante, que participe na preparação e na condução do procedimento de formação de contrato público ou que possa influenciar os resultados do mesmo, tem direta ou indiretamente um interesse financeiro, económico ou outro interesse pessoal suscetível de comprometer a sua imparcialidade e independência no contexto do referido procedimento.

Assim, os diferentes departamentos de compras e aprovisionamento asseguram o cumprimento dos princípios agora enumerados que regem a contratação pública, na relação com os fornecedores ou potenciais fornecedores. Estes departamentos dão suporte e apoio a todos aqueles que, por inerência de funções, têm autorização para fazer aquisições. Cada procedimento de aquisição de bens e serviços, independentemente do valor, é validado pelos serviços administrativos, sendo obrigatoriamente inserido em plataforma própria.

Considerando este contexto, apresenta-se seguidamente o quadro resumo da identificação dos riscos, das medidas preventivas já implementadas e das medidas a implementar no âmbito da aquisição de bens e serviços:

área	Identificação do risco	Medidas preventivas já implementadas	Medidas preventivas e corretivas a implementar
<p>Aquisições de bens e serviços abaixo dos limiares comunitários para atividades de I&D</p>	<p>Não obrigatoriedade de aplicação dos procedimentos de contratação plasmados na parte II do CCP</p>	<p>Consultas de mercado regulares publicadas e publicitadas; negociações de preços feita anualmente publicadas e publicitadas;</p> <p>Procedimentos internos para todas as compras com normas internas claras publicadas e publicitadas – link https://dozer.i3s.up.pt/purchases/#/documents;</p> <p>Normas internas consideram as aquisições por categoria e valor com diferentes níveis de procedimentos;</p> <p>Verificação da credibilidade da empresa que faz propostas comerciais - http://old.i3s.up.pt/notices;</p> <p>Não existência de correspondência comercial e negocial via email, apenas via plataforma própria link https://www.ibmc.up.pt/market-consultation;</p> <p>Publicação de todas as aquisições em aplicação própria – portal interno de</p>	<p>Alargamento dos procedimentos internos a todos os institutos, nomeadamente INEB e IPATIMUP;</p>

		<p>compras – com acesso transversal de todos os administradores do sistema que são parte dos serviços administrativo-financeiros;</p> <p>Aprovação das faturas para pagamento pelo responsável do CC após tratamento da aquisição pelos serviços administrativos</p>	
<p>Negociações de aquisições feitas diretamente com os investigadores ou heads das facilities</p>	<p>antes do envolvimento dos serviços administrativos os termos negociais já estarão previamente acordados</p>	<p>Validação em várias etapas pelos serviços administrativos</p>	<p>Formação específica dos princípios que regem as aquisições na instituição dos responsáveis por aquisições;</p> <p>Declaração de não conflito de interesses com fornecedores</p> <p>Formação específica das normas de ética e conduta para a prevenção da corrupção</p>
<p>Negociação pelos serviços de compras com os fornecedores</p>	<p>grande volume de compras provoca um forte interesse das empresas em serem fornecedores habituais do i3S</p>	<p>Consultas de mercado regulares publicadas e publicitadas; negociações de preços feita anualmente publicadas e publicitadas;</p>	<p>Declaração de não conflito de interesses com fornecedores;</p> <p>Formação específica das normas de ética e conduta para a prevenção da corrupção</p>

		Procedimentos internos para todas as compras com normas internas claras publicadas e publicitadas; Visitas presenciais de comerciais apenas acontecem após os procedimentos internos concluídos	
--	--	--	--

5. As especificidades dos serviços de diagnóstico

Complementarmente à metodologia especificada no ponto 2. foram feitas entrevistas aos profissionais destes serviços.

5.1 i3S Diagnostics – “Lab COVID”

O Serviço de Diagnóstico do i3S foi criado em 2020 para atender à crescente necessidade de testagem do vírus SARS-COV-2 no âmbito das medidas de combate à pandemia COVID19.

O serviço é atualmente composto por um Diretor Técnico e 5 Técnicos de Diagnóstico e oferece os seguintes serviços: diagnóstico SARS-CoV-2 baseado na técnica RT-qPCR, com amostras de esfregaços nasofaríngeos ou saliva.

Processa amostras recebidas ao abrigo de um Acordo celebrado com a ARSNorte, de particulares (internos e externos) ao abrigo ou não da convenção com o SNS e de contratos celebrados com empresas. Todos os resultados são registados na plataforma Synlab permitindo aos utentes aceder ao certificado digital Covid no site <https://www.sns24.gov.pt/certificado-digital-covid>.

Tendo em consideração a estrutura e o âmbito de atuação deste serviço, com oferta pouco diversificada, foram identificadas 3 áreas específicas de risco neste serviço:

- a) a manipulação de resultados;
- b) os acordos, protocolos, convenções e contratos (doravante apenas “contratos”) para angariação de utentes;

c) a negociação com fornecedores

Apresenta-se seguidamente o quadro resumo da identificação dos riscos, das medidas preventivas já implementadas e das medidas a implementar:

área	Identificação do risco	Medidas preventivas já implementadas	Medidas preventivas e corretivas a implementar
manipulação de resultados	<p>impacto pessoal e social do resultado de um teste positivo/negativo no dia-a-dia do utente, assim como o acesso ao certificado digital;</p> <p>necessidade de certificado digital para os cidadãos poderem desenvolver determinadas atividades pessoais e profissionais;</p> <p>acesso a dados pessoais e sensíveis dos utentes</p>	<p>Os testes são realizados por 2 técnicos de diagnóstico diferentes de forma independente e validados pelo Diretor Técnico – posição hierarquicamente superior. Ocorrendo uma incoerência de resultados há um alerta dado pelo Diretor Técnico que reúne com os 2 técnicos envolvidos no diagnóstico. Os técnicos têm acesso à informação validada pelo Diretor Técnico.</p> <p>Anonimização dos dados pessoais dos utente.</p> <p>Diferentes níveis de acesso à plataforma Synlab pelos profissionais consoante na necessidades e funções.</p>	<p>formação específica para entendimento aprofundado das normas éticas e de conduta profissional;</p> <p>formação específica dos comportamentos considerados corrupção e infrações conexas;</p> <p>validação aleatória semanal por amostragem (5%) dos resultados introduzidos no Synlab: sistema automatizado – dar conhecimento a todos os técnicos de diagnóstico desta medida</p>

		Método da importação de resultados validados para a plataforma Synlab em bloco e por ficheiro. Tarefa exclusiva do Diretor Técnico. Formação específica em RGD	
angariação de utentes	a existência do próprio serviço depende em exclusivo dos contratos com o Estado ou particulares no âmbito do SARS-COV-2 – serviço com pouca diversidade de oferta; o vínculo laboral dos técnicos de diagnóstico está dependente da necessidade de testagem a utentes	o procedimento interno da instituição praticado implica que os termos contratuais seja validada por mais do que um serviço (serviços financeiros ou/e TT ou/e ADV); a contratualização depende sempre da assinatura/validação de dois diretores do i3S;	Introdução de uma declaração de inexistência de conflito de interesses de quem negocia diretamente os contratos – Diretor Técnico; Formalização dos procedimentos internos nas diferentes fases da celebração contratual
negociação com fornecedores	grande volume de compras, frequentemente com necessidades urgentes; negociação do preço feita pelo Diretor Técnico com os fornecedores	Os procedimentos internos de aquisição de produtos e serviços – como por exemplo o pedido de diferentes cotações ou orçamentos - são um garante da negociação do preço e da tomada de decisão; Uma vez que estão ao abrigo do Código de Contratos Públicos seguem-se todas as normas e processos da mesma;	Introdução de uma declaração de inexistência de conflito de interesses de quem negocia diretamente com os fornecedores, independentemente de existir procedimento de contratação pública – Diretor Técnico;

5.2 CGPP – Centro Genético Preditivo e Preventivo – IBMC

O CGPP é um centro clínico de Genética Molecular do IBMC fundado em 1999. É um centro acreditado pelo IPAC (norma ISO EN 15189), com avaliação externa de qualidade EQA e reconhecido pela ERS como Laboratório de Genética Médica. A equipa é formada pela Direção (4 elementos), equipa clínica (9 elementos), equipa laboratorial (8 elementos), equipa de bioinformática (6 elementos), equipa administrativa (4 pessoas) e equipa comercial (2 elementos).

Oferece serviços de diagnóstico de genética molecular (laboratoriais e clínicos), assim como formação. A oferta de formação é totalmente gratuita.

Tendo em consideração a estrutura e o âmbito de atuação deste serviço foram identificadas 3 áreas específicas de risco neste serviço:

- a) a acreditação na área da qualidade;
- b) o Estado como responsável por mais de 90% dos valores faturados;
- c) a negociação com fornecedores

Apresenta-se seguidamente o quadro resumo da identificação dos riscos, das medidas preventivas já implementadas e das medidas a implementar:

área	Identificação do risco	Medidas preventivas já implementadas	Medidas preventivas e corretivas a implementar
Acreditação na área da qualidade	manter o laboratório acreditado é essencial como fator diferenciador da qualidade do serviço em relação a outros laboratórios de genética molecular – apresenta-se como	acreditação feita apenas pelo IPAC – instituto público; as equipas de auditores do IPAC são trocadas de 4 em 4 anos e não incluem nunca o gestor do processo;	Conhecimento do responsável pela qualidade do regulamento geral de prevenção da corrupção - RGPC do IPAC

	determinante na concorrência comercial	análise prévia a potenciais conflitos de interesse na equipa de auditores do IPAC, que quando identificados dão origem a substituição de auditor; O Manual da qualidade do serviço inclui medidas para prevenir que os funcionários não sofram pressões internas e externas que possam comprometer a ética profissional	
o Estado como responsável por mais de 90% dos valores faturados	mais de 90% dos utentes do serviço são enviados pelos médicos dos hospitais públicos e centros de saúde, sendo que os custos dos testes e consultas realizados no serviço são suportados pelo Estado; como consequência identifica-se um risco na equipa comercial que contacta com os médicos prescritores	A política comercial está integrada na estratégia anual de objetivos do serviço como um todo, não havendo objetivos individuais, comissões ou prémios monetários específicos para a equipa comercial; Cada visita a médicos ou serviços hospitalares corresponde a um relatório comercial que reflete o conteúdo da reunião comercial e são analisados a nível hierarquicamente superior; Política interna de não-favorecimento pessoal dos médicos subscritores, nomeadamente com a	Encetar ou retomar novas negociações com seguradoras de saúde privadas por forma aos utentes particulares terem mais facilidade de acesso aos serviços oferecidos diversificando mais a faturação do serviço como um todo; Inclusão de serviços gratuitos a utentes particulares que provem insuficiência económica;

		<p>proibição total de quaisquer tipos de ofertas;</p> <p>O Manual da qualidade do serviço inclui medidas para prevenir que os funcionários não sofram pressões internas e externas que possam comprometer a ética profissional;</p> <p>declaração de posse, confidencialidade e interesses assinada por todos os funcionários do serviço</p>	
<p>negociação com fornecedores</p>	<p>grande volume de compras, frequentemente com necessidades urgentes;</p> <p>grande volume de subcontratação de serviços;</p>	<p>cada compra implica 3 níveis diferentes de validação feita por 3 elementos distintos consoante os níveis de responsabilidade: o pedido por requisição, a autorização da requisição, a autorização de pagamento da fatura;</p> <p>procedimentos internos da instituição de aquisição de produtos e serviços – como por exemplo o pedido de diferentes cotações ou orçamentos - são um garante da negociação do preço e da tomada de decisão;</p>	<p>Sempre que os padrões de qualidade sejam garantidos, privilegiar a diversidade de fornecedores em todos os níveis de contratação</p>

		<p>na subcontratação de serviços são sempre solicitados diferentes orçamentos;</p> <p>a qualidade do produto ou serviço a adquirir é definida antes da procura do fornecedor/preço;</p> <p>Uma vez que estão ao abrigo do Código de Contratos Públicos seguem-se todas as normas e processos da mesma;</p> <p>declaração de posse, confidencialidade e interesses assinada por todos os funcionários do serviço</p> <p>O Manual da qualidade do serviço inclui medidas para prevenir que os funcionários não sofram pressões internas e externas que possam comprometer a ética profissional</p>	
--	--	--	--

5.3 IPATIMUP Diagnostics

O IPATIMUP Diagnostics é um centro de diagnóstico que presta serviços de diagnóstico em patologia cirúrgica, citopatologia, patologia molecular e genética forense a fim de promover a melhoria da qualidade de vida da população, realizando diagnósticos correctos.

O IPATIMUP Diagnostics possui Acreditação pelo Colégio Americano de Patologistas e pelo IPAC, de acordo com a ISO 15189 e com a ISO/IEC 17025. A equipa é formada pela Direção (3 elementos), equipa clínica (6 elementos), Coordenação executiva (1 elemento), Direção da Qualidade (1 elemento), equipa técnica (32 elementos), equipa administrativa (8 elementos) e consultores científicos (14 elementos)

O IPATIMUP Diagnostics disponibiliza serviços nas seguintes áreas de: Anatomia Patológica, Genética e Patologia Molecular e Genética Forense (Testes de Paternidade e Perfis Genéticos).

Tendo em consideração a estrutura e o âmbito de atuação deste serviço foram identificadas 3 áreas específicas de risco neste serviço:

- a) a acreditação na área da qualidade;
- b) a manipulação de resultados;
 - a. testes de paternidade;
 - b. projetos financiados pela indústria farmacêutica;
 - c. acesso a tratamentos e cobertura pelas seguradoras
- c) a negociação com fornecedores;

Apresenta-se seguidamente o quadro resumo da identificação dos riscos, das medidas preventivas já implementadas e das medidas a implementar:

área	Identificação do risco	Medidas preventivas já implementadas	Medidas preventivas e corretivas a implementar
Acreditação na área da qualidade	manter o laboratório acreditado é essencial como fator diferenciador da qualidade do serviço em relação	acreditação pelo IPAC – instituto público;	Conhecimento do responsável pela qualidade do regulamento geral de prevenção da corrupção - RGPC do IPAC

	<p>a outros laboratórios de anatomia patológica, genética, patologia molecular e genética forense – apresenta-se como determinante na concorrência comercial</p>	<p>acreditação Colégio Americano de Patologistas;</p> <p>as equipas de auditores do IPAC são trocadas de 4 em 4 anos e não incluem nunca o gestor do processo;</p> <p>as equipas de auditores do CAP são trocadas de 2 em 2 anos e não incluem nunca o gestor do processo;</p> <p>existe sempre uma análise prévia a potenciais conflitos de interesse na equipa de auditores quer do IPAC, quer do CAP, que quando identificados dão origem a substituição de auditor;</p> <p>o processo de admissão inclui medidas para prevenir que os funcionários não sofram pressões internas e externas que possam comprometer a ética profissional, nomeadamente um Código deontológico;</p>	
--	--	--	--

manipulação de resultados	<p>acesso a dados pessoais e sensíveis dos utentes em todos os diagnósticos:</p> <p>a. as consequências jurídicas, económicas e pessoais do impacto do resultado de um teste de paternidade;</p> <p>b. no âmbito de determinados projetos as farmacêuticas assumem o custo do diagnóstico, mas o resultado do teste determinará o tipo de medicação/tratamento a fazer;</p> <p>c. o resultado do teste determinará o acesso a determinados tratamentos, assim</p>	<p>o processo de admissão inclui medidas para prevenir que os funcionários não sofram pressões internas e externas que possam comprometer a ética profissional, nomeadamente um Código deontológico;</p> <p>o técnico que faz a colheita não pode ter um conflito de interesses com o utente;</p> <p>a identificação das amostras é sempre feita por duas pessoas: um administrativo e um técnico em momentos separados e autónomos;</p> <p>nos testes forenses se for confirmada a paternidade os resultados são validados por, pelo menos, dois técnicos independentes e se o resultado for negativo, a amostra corre em 2 testes separados realizado por 2 colaboradores diferentes e é preferencialmente feita amostra controlo - resultado validado por um 3º elemento, o diretor da unidade;</p>	Formação reforçada de toda a equipa em RGPD e normas éticas, deontológicas e de conduta;
---------------------------	---	--	--

	<p>como a assunção dos custos tanto de diagnóstico como de tratamentos presentes e/ou futuros pelas seguradoras;</p>	<p>todos os resultados de diagnóstico de patologia molecular e genética são validados por 2 colaboradores diferentes (médicos ou técnicos de diagnóstico);</p> <p>os resultados enviados às farmacêuticas financiadoras de projetos são anonimizados;</p> <p>todos os diagnósticos anátomo-patológicos são efetuados por médicos patologistas devidamente credenciados e inscritos na ordem dos médicos;</p> <p>mais de 95% dos relatórios de todas as áreas laboratoriais são emitidos em pdf, sendo impossível a sua alteração após a emissão. A alteração de resultados está adstrita à emissão de uma segunda versão onde se indica expressamente o motivo da segunda versão e a informação que é corrigida;</p>	
--	--	--	--

<p>negociação com fornecedores</p>	<p>grande volume de compras, frequentemente com necessidades urgentes;</p> <p>grande volume de subcontratação de serviços;</p>	<p>cada compra implica 3 níveis diferentes de validação feita por 3 elementos distintos consoante os níveis de responsabilidade: o pedido por requisição, a autorização da requisição, a autorização de pagamento da fatura;</p> <p>procedimentos internos da instituição de aquisição de produtos e serviços – como por exemplo o pedido de diferentes cotações ou orçamentos - são um garante da negociação do preço e da tomada de decisão;</p> <p>na subcontratação de serviços são sempre solicitados diferentes orçamentos;</p> <p>a qualidade do produto ou serviço a adquirir é definida antes da procura do fornecedor/preço;</p> <p>quando estão ao abrigo do Código de Contratos Públicos seguem-se todas as normas e processos da mesma;</p> <p>o processo de admissão inclui medidas para prevenir que os funcionários não sofram pressões</p>	<p>Sempre que os padrões de qualidade sejam garantidos, privilegiar a diversidade de fornecedores em todos os níveis de contratação;</p> <p>formalizar os procedimentos existentes para aquisições e reforçar os mesmos na equipa;</p>
------------------------------------	--	---	--

		internas e externas que possam comprometer a ética profissional, nomeadamente um Código deontológico;	
--	--	---	--

Ana Campos, 13 de setembro de 2022